

# Despejo ameaça mais de vinte mil pessoas

AJ15914



**Um decisão da Justiça coloca em risco várias propriedades no balneário, até mesmo hotéis, casas comerciais e residências**

Fabiana Oliveira

Mais de 20 mil pessoas em Jacaraípe correm o risco de ser desalojadas de suas propriedades em consequência de uma decisão judicial que atinge também proprietários de estabelecimentos comerciais e hotéis. Uma ação de anulação de escritura, ingressada na Segunda Vara Cível da Serra, em 1988, referente ao espólio de Egídio José Ribeiro, reivindica uma área de 1.520.240 metros quadrados no antigo sítio Itacoaba, atualmente loteamentos Laranjeiras, São Francisco, Jacaraípe I e II, entre outros.

A ação, julgada procedente em primeira instância, teve o julgamento confirmado também em segunda instância, na Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, em março deste ano. Resta agora a elaboração, pelo Tribunal de Justiça, do acórdão final.

O advogado Robson Pinto Lobo, que representa a Imobiliária Rezende, uma das proprietárias de terrenos situados no antigo sítio Itacoaba, informou ontem que a tendência é de confirmação da anulação de escritura. Com essa decisão, mais de 20 mil pessoas perderiam os títulos de suas propriedades.

Ele alega, no entanto, que a sentença é impraticável. "Caso a decisão seja favorável ao espólio de Egídio José Ribeiro, seria preciso desalojar famílias que

A maioria dos títulos de propriedade em Jacaraípe perderá a validade com a decisão judicial caso não haja recurso

moram em Jacaraípe há mais de 30 anos e que já possuem usucapião", disse.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, o usucapião, ou posse definitiva da terra, acontece quando há "posse mansa e pacífica por justo título e de boa fé" por mais de dez anos entre presentes — quando o ocupante da área e o que se diz proprietário moram na mesma comarca — ou por 20 anos "a qualquer título" — seja por invasão do terreno ou outro procedimento.

## EMBARGOS

A única possibilidade de tentar re-

verter a decisão do Tribunal, caso ela seja favorável ao espólio de Egídio José Ribeiro, é entrar com recursos num prazo de até 15 dias após a decisão da Justiça.

Através desse procedimento, as pessoas que se sentirem lesadas recorrem da decisão e o Tribunal tem de julgar os embargos. "Se todos os moradores atingidos entrarem com o embargo, daqui a 50 anos ainda teremos processo", ilustrou.

O desembargador Arione Vasconcelos, relator do Tribunal de Justiça, que analisou o caso, disse ontem no início da

noite que não poderia dar qualquer informação sobre o assunto, sem antes ler o processo. De acordo com ele, não há nenhuma nova decisão a respeito da pendência judicial.

O primeiro recurso referente à ação do espólio de Egídio José Ribeiro foi impetrado pela imobiliária Jacaraípe Imóveis Gerais Ltda, detentora de grande parte dos 1.520.240 metros quadrados do antigo sítio Itacoaba. A Imobiliária Rezende, dona de mais de 95.774 metros quadrados, também entrou com recurso, reivindicando a posse da terra.

## Proprietários acham que é brincadeira de mau gosto

Entre os moradores de Jacaraípe, a possibilidade de perder as escrituras de suas propriedades é encarada como "brincadeira de mau gosto". Apesar de muitos não conhecerem detalhes sobre a ação referente ao espólio de Egídio José Ribeiro, todos são unânimes em afirmar que é impossível desalojar proprietários que têm a posse (ocupação física) e domínio (documento de posse) da terra.

O comerciante Lázaro Nigri Neto, de 36 anos, proprietário de um imóvel de 380 metros quadrados na avenida Nossa Senhora dos Navegantes, em Jacaraípe, afirmou que vários moradores têm conhecimento da ação que tramita na Justiça.

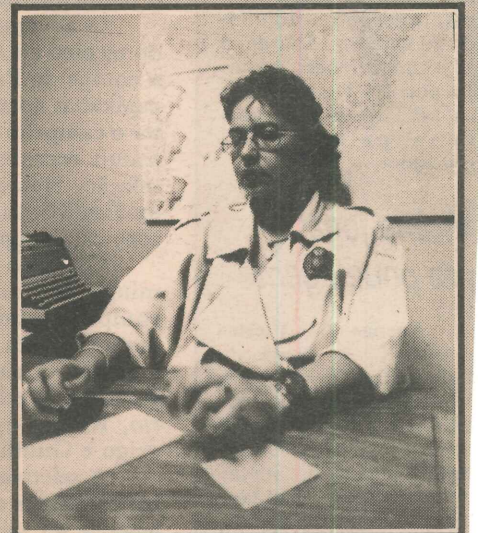
"Se a decisão não for favorável a nós, a Justiça vai ter dor de cabeça porque vamos recorrer", disse. O imóvel onde Lázaro mora com os pais está avaliado em Cr\$ 380 milhões e fica de frente para a praia.

"É um absurdo fazer isso com os mora-

dores de Jacaraípe", reclamou o corretor de imóveis Cláudio Alves de Almeida, que possui 12 propriedades no município. Almeida afirmou que vai recorrer da decisão do Tribunal de Justiça, caso ela seja favorável à ação de anulação de escritura.

O proprietário do Clube Riviera, que ocupa uma área de 15 mil metros quadrados em Jacaraípe, Fernando Richa, desconhece a pendência judicial, mas afirmou que não está preocupado com o assunto. "Eu tenho toda a documentação do terreno e pago impostos. A família que reivindica a posse da área pode até ganhar na Justiça, mas vai ficar apenas com a fama porque não vai levar nada", comentou.

O Praia Linda Hotel, de três estrelas, situado na avenida Nossa Senhora dos Navegantes, é um dos que podem ser desalojados, segundo o advogado Robson Pinto Lobo. A sócia-proprietária, Conceição Maria Franco Pinheiro, também desconhece a ação de anu-



Conceição: "Somos donos"

lação de escritura: "Mesmo assim, considero que, a grosso modo, somos proprietários daquilo que cuidamos. Senão deixamos de sê-lo".